

21. Minuta de Memorando de entendimento (MOU)/Comodato Projeto Baterias 2030.

Considerando o disposto do artigo 33º, nº 1, alíneas o), u) e ff) da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, submete-se à aprovação do Executivo Municipal a minuta do Contrato de Comodato, denominado Memorando de Entendimento do Projeto Baterias 2030, por possuir inequívoco interesse público municipal, nos termos e com as finalidades expressamente previstas naquele documento que, igualmente se anexa.

Memorando de Entendimento

O presente Memorando de entendimento (MOU) entra em vigor na data da sua assinatura, sendo celebrado entre:

1. DST Solar, S.A. com sede na Rua de Pitancinhos, 4700-727 Palmeira, registada sob o número de pessoa coletiva **509 017 763**, aqui representada por José Gonçalves Teixeira, na qualidade de Presidente do Conselho de Administração, que declara ter poderes para este ato, adiante designada por **dstsolar**;

e

2. Bysteel Fs, S.A. com sede em Rua dos Pitancinhos, 4700-727, Braga, Portugal, registada sob o número de pessoa coletiva **510 512 372**, neste ato representada por José Gonçalves Teixeira, na qualidade de Presidente do Conselho de Administração, enquanto empresa copromotora, e adiante designada abreviadamente por **bysteel fs**;

e

3. Visblue Portugal, UNIPessoal LDA., com sede na Rua Alfredo Allen, 455, 4200-135, registada sob o número único de matrícula e de pessoa coletiva **514 430 877**, aqui representada por Søren Bødkere, que declaram ter poderes para este ato, adiante designada por **Visblue**.

e

4. CHARGE2C NEW CAP, LDA, com sede na Av. José Francisco Guerreiro, Paia Park, Armazém A2.12, 1675-078 Odivelas registada sob o número único de matrícula e de pessoa coletiva **513 037 322**, aqui representada por Rui Pedro Silva e por André Mão de Ferro, que declaram ter poderes para este ato, adiante designada por **C2C-NEWCAP**.

e

5. EFACEC Energia – Máquinas e Equipamentos Elétricos, com sede em Lugar da Arroteia 4465-587, Leça do registada sob o número único de matrícula e de pessoa coletiva **504 040 847**, aqui representada por Fernando Vaz e por Michael Barroso Silva, que declaram ter poderes para este ato, adiante designada por **EFACEC**.

e

6. AMNIS PURA, LDA., com sede na Praceta Verede Fradique Mendes, 22 Hab. 2.1, 4470-442, Moreira, Portugal registada sob o número único de matrícula e de pessoa coletiva **514 828 986**,

aqui representada por Frederico Relvas, que declaram ter poderes para este ato, adiante designada por **Amnispura**.

7. EVolution – Service & Battery Centre, LDA., com sede na Rua Aníbal Bettencourt, 7, 2790-225, Carnaxide registada sob o número único de matrícula e de pessoa coletiva **514774347**, aqui representada por **Carlos Manuel Silva Ferreira Jesus**, que declaram ter poderes para este ato, adiante designada por **EVolution**.

e

8. ADDVOLT, com sede na **Rua Alfredo Allen, 455, 4200-135, Porto** registada sob o número único de matrícula e de pessoa coletiva **510 788 815**, aqui representada por Bruno Filipe Azevedo Costa, que declaram ter poderes para este ato, adiante designada por **ADDVOLT**.

e

9. OMNIFLOW S.A., com sede na Rua Delfim Ferreira, 776C, 4100-199, Portoregistada sob o número único de matrícula e de pessoa coletiva **509 895 948**, aqui representada por **António Pedro Campos Ruão da Cunha** e por **Nuno Miguel Ferreira de Almeida**, que declaram ter poderes para este ato, adiante designada por **Omniflow**.

e

10. CENTIVC – CENTRO DE NANOTECNOLOGIA E MATERIAS TÉCNICOS, FUNCIONAIS E INTELIGENTES, com sede na **Rua Fernando Mesquita nº 2785, 4760-034, Vila Nova de Famalicão** registada sob o número único de matrícula e de pessoa coletiva **507 682 734**, aqui representada por **António Rui Sousa Dias Amorim** e por **António Braz dos Santos Costa**, que declaram ter poderes para este ato, adiante designada por **CENTI**.

e

11. CEIIA- CENTRO DE ENGENHARIA E DESENVOLVIMENTO (ASSOCIAÇÃO) – entidade não empresarial do sistema de I&D com a forma de associação privada sem fins lucrativos, com sede na Avenida Dom Afonso Henriques 1825, 4450-017 Matosinhos, registada sob o número único de matrícula e de pessoa coletiva **504 689 878**, aqui representada por **José Rui de Encarnação Palma Felizardo e Jorge Miguel Nunes dos Santos Cabral**, que declaram ter poderes para este ato, adiante designada por **CEiiA**.

Conjuntamente designadas como “**Consorticiadas**”,

e

12. Município de Braga, NIPC 506 901 173, com sede na Praça Municipal, 4700-435 Braga, representado pelo Presidente da Câmara Municipal, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, que declaram ter poderes para este ato, adiante designada por Município.

Doravante também designadas como “Partes”.

CONSIDERANDO QUE:

- O projeto mobilizador “Baterias 2030 - As baterias como elemento central para a sustentabilidade urbana”, é liderado pela DST SOLAR em consórcio com as seguintes entidades: Domingos da Silva Teixeira S.A, Bysteel fs, S.A., Watt-is, S.A., Innovation Point – Investigação e Desenvolvimento S.A., Efacec Energia - Máquinas e Equipamentos Elétricos S.A., Addvolt, S.A., Secil - Companhia Geral de Cal e Cimentos S.A., Carge2C – Newcap Lda, Visblue Portugal, Unipessoal Lda, Laboratório Ibérico Internacional de Nanotecnologia, Universidade do Porto | Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, Instituto Superior Técnico, CENTITVC – Centro de Nanotecnologia e Materiais Técnicos, Funcionais e Inteligentes, LNEG - Laboratório Nacional de Energia e Geologia I.P., CEIIA – Centro de Engenharia e Desenvolvimento (Associação), INESC-TEC Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores, Tecnologia e Ciência, INESC Microsistema e Nanotecnologias – Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores para os Microsistemas e as Nanotecnologias, Universidade do Minho, Omniflow, S.A., 3Drivers – Engenharia, Inovação e Ambiente, Lda, Evolution, Lda, Amnis Pura, Lda., adiante designado por “Projeto”.
- O Projeto teve início a 01/07/2020 e tem data de fim prevista 30/06/2023.
- O Projeto está focado no desenvolvimento de tecnologias aplicadas às baterias do futuro e à sua transferência para ambiente urbano. O projeto apresenta os seguintes objetivos tecnológicos: (i) Conceber, desenvolver e validar soluções tecnológicas inovadoras em armazenamento de energia; (ii) Conceber, desenvolver e validar sistemas /metodologias, ferramentas e processos que contribuam para a valorização do ciclo de vida de baterias (iões de lítio); (iii) Conceber, desenvolver e validar soluções tecnológicas inovadoras de produção elétrica local e descentralizada, assentes em fontes renováveis (solar, eólico, térmico e cinético); (iv) Conceber, desenvolver e validar soluções tecnológicas inovadoras de monitorização, controlo e gestão de sistemas de armazenamento para comunidades energéticas; (v) Conceber e desenvolver um laboratório vivo para a descarbonização, que se assuma como uma comunidade energética, e que conjugue múltiplas tecnologias desenvolvidas;
- O laboratório vivo referido no ponto anterior irá concretizar-se através da instalação dos protótipos desenvolvidos ou a desenvolver pelas consorciadas em infraestruturas do Município de Braga.
- O Município de Braga demonstrou disponibilidade em acolher nas infraestruturas do município o laboratório vivo para a descarbonização onde serão testadas as tecnologias a desenvolver no âmbito do Projeto.

É celebrado e reciprocamente aceite entre os outorgantes o presente Memorando, nos termos e condições das cláusulas seguintes, a cujo integral cumprimento reciprocamente se obrigam:

DEFINIÇÕES

No presente Memorando, sempre que iniciados por letra maiúscula, e salvo quando do contexto claramente decorrer sentido diferente, os termos e expressões terão o seguinte significado:

Data Efetiva: A “Data Efetiva” é a data da assinatura do Memorando.

Informação confidencial: “Informação confidencial” é toda a informação escrita, verbal ou constante de suporte informático, que contenha dados de natureza organizativa, técnica, comercial, económica, contabilística, fiscal ou financeira, incluindo designadamente (i) know-how e segredos comerciais, (ii) informação tecnológica, incluindo métodos, procedimentos, fórmulas, demonstrações, protótipos, especificações, instrumentos, bem como qualquer informação relativa a investigação e desenvolvimento, (iii) programas de computador, em código fonte e objeto, e respetiva documentação, (iv) listas de clientes, fornecedores, produtos e serviços, informação relativa a materiais, produtos, soluções e equipamentos, informação de marketing e vendas, informação relativa aos negócios concluídos e em perspectiva, informação relativa às estratégias comerciais em curso e em perspectiva e informação relativa a bases de dados, incluindo dados pessoais e seu tratamento (na aceção da lei) (v) informação relativa a direitos de propriedade intelectual, designadamente ideias, conceitos, descobertas, obras, invenções, técnicas, métodos, logotipos, esquemas, fórmulas, padrões, design, processos, protótipos, materiais e métodos de análise, conceção e preparação, documentação técnica e documentação de utilização, que estejam ou possam estar na génese ou em relação com tais direitos, quando não sejam eles mesmos protegidos por esses direitos, (vi) estudos, registos, relatórios e qualquer outra informação relativa à atividade da empresa, que seja transmitida entre as Partes ou que estas venham a ter conhecimento no âmbito da execução do presente Memorando.

Partes/parte: “Partes” são todos os outorgantes do presente memorando em conjunto. “Parte” é cada um dos outorgantes individualmente.

Vigência do Memorando: período de tempo que decorre entre a Data Efetiva e o termo final do Memorando.

1ª. (Objeto)

1. O objeto deste Memorando consiste em identificar o âmbito de atuação e as responsabilidades das Partes no contexto da instalação do laboratório vivo preconizado no Projeto.
2. No âmbito do Projeto, prevê-se que o laboratório vivo se concretize através da instalação de protótipos das seguintes tecnologias:
 - i. Baterias de escoamento redox
 - ii. Supercondensadores assimétricos
 - iii. Sistema de controlo de potência

- iv. Bateria de hidrogénio: Eletrolisador e Pilha de Hidrogénio
 - v. Baterias de 2nd life
 - vi. Demonstrador fotovoltaico: estrutura de fachada com painéis fotovoltaicos
 - vii. Luminárias eólicas
 - viii. Pavimento termoelétrico
 - ix. Central fotovoltaica
 - x. MUPI com carregador para mobilidade elétrica
 - xi. Outras tecnologias, desde que acordado entre as Partes.
3. Para instalação destas tecnologias, serão utilizadas as seguintes infraestruturas:
- i. Gnracion
 - ii. Parque dos Serviços do Município de Braga - Parque do Pópulo
 - iii. Rua Conde de Agrolongo
 - iv. Outras infraestruturas desde que acordado entre as Partes.

2ª. (Responsabilidades)

1. As Partes comprometem-se a empregar os seus melhores esforços para executar e cumprir, prontamente, ativamente e dentro do prazo, todas as obrigações decorrentes deste Memorando.
2. Cada Parte envidará esforços razoáveis para garantir a exatidão de qualquer informação ou material que forneça e corrigir prontamente qualquer erro de que seja notificada. Cada Parte será inteiramente responsável pelo uso de tais informações e materiais.
3. Em matéria de responsabilidade das Consorciadas por eventuais danos causados a terceiros, aplicar-se-á o regime da responsabilidade civil, previsto no Código Civil e demais disposições legais, nomeadamente no disposto no artigo 19.º do Decreto – Lei n.º 231/81, de 28 de Julho, sendo que cada Consorciada será responsável pelas tecnologias por si instaladas.
4. O Município de Braga não se responsabiliza pela ocorrência de danos causados nos equipamentos propriedade das entidades Consorciadas, assim como por eventuais danos causados a terceiros decorrentes da instalação e utilização dos respetivos equipamentos
5. Excetuam-se do número anterior os danos imputáveis ao Município de Braga, decorrentes da sua atuação, ou omissão, a título de dolo ou negligência.

3ª. (Obrigações)

1. Durante o Projeto, o Município compromete-se a permitir a instalação das tecnologias do laboratório vivo nas infraestruturas identificadas no n.º 3 da Cláusula 1ª.
2. Os protótipos das tecnologias identificadas na Cláusula 1ª serão desenvolvidos no âmbito do Projeto.
3. A instalação, operação e manutenção de cada um dos protótipos identificados no n.º 2 da cláusula 1ª, nas infraestruturas identificadas no n.º 3 da Cláusula 1ª, será da responsabilidade das Consorciadas, de acordo com o definido no anexo técnico do Projeto, conforme se segue:

- i. Baterias de escoamento redox – Visblue
 - ii. Supercondensadores assimétricos – C2C-NEWCAP
 - iii. Sistema de controlo de potência – EFACEC
 - iv. Bateria de hidrogénio: Eletrolisador e Pilha de Hidrogénio – Amnispora
 - v. Baterias 2nd life – Zeev e ADDVOLT
 - vi. Demonstrador fotovoltaico: estrutura de fachada com painéis fotovoltaicos – dstsolar, bysteel fs
 - vii. Luminárias eólicas - Omniflow
 - viii. Pavimento termoelétrico – Centi
 - ix. Central fotovoltaica - dstsolar
 - x. MUPI com carregador para mobilidade elétrica - CEiiA
4. As entidades identificadas no número anterior irão assumir todos os custos necessários à instalação, operação e manutenção das tecnologias por que são responsáveis, no âmbito do objeto do presente Memorando.
 5. No final do Projeto as Consorciadas obrigam-se a deixar as infraestruturas utilizadas em bom estado de conservação, como atualmente se encontram, ressalvadas as deteriorações decorrentes do envelhecimento natural e de uso normal e prudente das infraestruturas, tendo em conta a finalidade que lhes foi destinada no âmbito do Projeto, tendo a obrigação de repor as infraestruturas nas condições originais, de acordo com a responsabilidade assumida por cada uma delas na lista apresentada no número 3.
 6. No espaço de 1 ano após o término do Projeto, as Consorciadas comprometem-se a garantir que todos os protótipos serão removidos, salvo se acordado de forma diversa entre as Partes. Após a remoção, cada uma das Consorciadas irá notificar para o efeito o Município que, por sua vez, terá o prazo de 30 dias para se pronunciar, por escrito nos termos e para os efeitos do disposto no ponto 6 acima.

Caso o Município não se pronuncie no prazo indicado no ponto 7, considera-se cumprida a obrigação resultante para as Consorciadas prevista no ponto 6

4ª. (Confidencialidade)

1. Presume-se confidencial toda e qualquer informação partilhada entre as Partes, até demonstração em contrário.
2. As Partes tratarão a informação partilhada de forma confidencial, não podendo divulgar a mesma a terceiros ou proceder à sua utilização para outros fins que não os constantes do presente contrato.
3. Excetua-se do disposto no número 2 a transmissão da informação confidencial aos diretores, trabalhadores, colaboradores, consultores, advogados, agentes (representantes), ou outros na estrita medida do necessário para o exercício das suas funções e responsabilidades, devendo os mesmos estar sujeitos a obrigações de confidencialidade não menos exigentes do que as constantes do presente contrato.

4. Excetua-se, ainda, do disposto no número 2, a informação que qualquer uma das Partes possa demonstrar já ser do domínio público; que estava na posse de uma das Partes, sem obrigação de confidencialidade antes da sua receção, facto este provado documentalmente; que tenha sido disponibilizada por uma das Partes, qualificada por esta, expressamente, como Não Confidencial; que tenha sido divulgada em cumprimento de uma ordem judicial ou de entidade reguladora.
5. As Partes comprometem-se a guardar, e a fazer guardar aos seus colaboradores, sigilo em todas as matérias confidenciais que venham ao seu conhecimento e relativas a assuntos das demais Partes, durante e após o período do projeto.
6. A Parte que receba informação confidencial não poderá divulgá-la a terceiros.
7. As Partes reconhecem que toda a informação confidencial divulgada por uma das Partes no âmbito deste contrato é e permanece propriedade da Parte que a divulgou.
8. As Partes são diretamente responsáveis por qualquer violação da obrigação de confidencialidade, ou sua distribuição não autorizada.
9. Toda a informação confidencial deverá ser utilizada pelas Partes exclusivamente para efeitos do Objeto, salvo autorização escrita em contrário.
10. As Partes comprometem-se a tratar toda a informação confidencial com o mesmo zelo e diligência que utilizariam no tratamento da sua própria informação.
11. As Partes não poderão proceder à utilização do nome e marcas da outra Parte para quaisquer fins, designadamente para fins publicitários ou comerciais, salvo prévia autorização escrita desta.
12. As obrigações previstas na presente cláusula mantêm-se após a cessação do presente contrato por qualquer motivo.

5ª. (Vigência e cessação)

1. O presente Memorando entra em vigor na Data Efetiva e vigora pelo período de 2 anos, renovável automaticamente anualmente, salvo se qualquer uma das Partes se opuser à renovação mediante notificação escrita remetida com uma antecedência mínima de 90 dias do final do período inicial ou renovação.
2. Não obstante o disposto no ponto anterior, o presente Memorando considera-se terminado 30 dias úteis após a data de remoção de todas as tecnologias, caso o Município não exerça o direito definido no número 6 da Cláusula 3ª.
3. Caso qualquer obrigação estabelecida ao abrigo do presente Memorando não seja cumprida por uma Parte e tenha um impacto negativo no Projeto e nas atividades das infraestruturas definidas na cláusula 1ª e que não possa ser sanada após um período de reparação a acordar pelas Partes, as Partes podem rescindir o Memorando.
4. Considera-se ainda o Memorando resolvido:

- (a) Se tiver sido dado um prazo para a sanção e a Parte faltosa não tiver posto termo à situação de incumprimento ou de cumprimento defeituoso no prazo que para o efeito lhe tenha sido concedido, na data do termo do prazo;
 - (b) Se o incumprimento for insanável, na data de receção da notificação pela Parte faltosa.
- 5. Os efeitos da resolução por incumprimento produzem-se a partir da data da receção da notificação pela contraparte.
 - 6. Este Memorando poderá ser revogado ou alterado, a todo o tempo, por vontade unânime das partes, carecendo tais alterações de redução a escrito, que ficarão apenas ao presente Memorando.

6.^a (Cessão da posição contratual)

Nenhuma das Partes poderá, sem o prévio consentimento das restantes Partes, concedido por escrito, ceder, no todo ou em parte, a sua posição no presente Memorando nem os direitos e obrigações adquiridos ao abrigo do mesmo.

7.^a (Proteção de dados pessoais)

- 1. As Partes obrigam-se reciprocamente a cumprir a legislação nacional e da União Europeia vigente relativa à proteção das pessoas singulares no que concerne aos seus dados pessoais.
- 2. Na medida em que os trabalhos que constam da proposta se refiram ou envolvam o tratamento de dados pessoais, qualquer operação de tratamento de dados pessoais deverá ser precedida da assinatura de um Memorando de tratamento de dados que regule os termos a que deverá obedecer aquele tratamento, em cumprimento do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016 (Regulamento Geral sobre Proteção de Dados).

8.^a (Convenção linguística)

O presente Memorando é redigido na língua portuguesa.

9.^a (Alterações)

Qualquer alteração ao presente Memorando apenas será válida se constar de documento escrito e outorgado pelas partes.

10.^a (Comunicações)

- 1. Salvo quando de forma especial for exigida no presente Memorando, todas as comunicações entre as Partes deverão ser enviadas por escrito, mediante carta, ou e-mail, com indicação de confidencialidade, para as seguintes moradas:

a) DST SOLAR

A/C: Susana Braga

Morada: Rua de Pitancinhos

4700-727 Palmeira, Braga

E-mail: energia@dstsgps.com; susana.braga@dstsgps.com

b) CeNTI

A/C: Eng. Braz Costa

Morada: Rua Fernando Mesquita 2785, 4760-034 Vila Nova de Famalicão

E-mail: centi@centi.pt; bz@centi.pt

2. As comunicações entregues pessoalmente consideram-se recebidas quando entregues.
3. As comunicações efetuadas mediante carta registada com aviso de receção considerar-se-ão realizadas na data de assinatura do respetivo aviso.
4. As comunicações efetuadas por carta considerar-se-ão realizadas no prazo de 3 (três) dias úteis após envio.
5. As comunicações efetuadas por e-mail consideram-se recebidas na data da sua receção ou, tendo sido remetidas com "Delivery receipt", na data de receção do mesmo.
6. A alteração dos dados referidos no ponto 1 deve ser comunicada às demais Partes, por carta registada com aviso de receção, com, pelo menos, 8 (oito) dias de antecedência, para que possam ser oponíveis à mesma.

11ª. (Conflitos)

1. O presente Memorando é submetido à Lei Portuguesa.
2. Caso surja um diferendo ou litígio entre as Partes em matéria de interpretação, validade ou aplicação do presente Memorando que as mesmas não consigam resolver de forma amigável, será competente o tribunal judicial da comarca de Braga.

12ª. (Cláusulas Finais)

1. Caso alguma das cláusulas venha a ser julgada nula ou por qualquer forma inválida, por uma entidade competente para o efeito, tal nulidade ou invalidade não afetará a validade das restantes cláusulas do Memorando, comprometendo-se as Partes a acordar, de boa-fé, uma disposição que substitua a cláusula inválida e que, tanto quanto possível, produza os mesmos efeitos.
2. A falta de exigência por uma das Partes, em determinado momento, do cumprimento pela outra de qualquer uma das suas obrigações contratuais, não implica uma renúncia a quaisquer direitos, nem consubstancia um direito adquirido pela Parte contrária.

3. O presente Memorando constitui o Memorando integral entre as partes quanto à matéria que constitui o seu objeto, prevalecendo sobre ou revogando quaisquer Memorandos verbais ou escritos havidos anteriormente entre as Partes.

Braga, 31 de março

DST SOLAR, S.A.

BYSTEEL Fs, S.A.

VISBLUE PORTUGAL, UNIPessoal LDA.

CHARGE2C NEW CAP, LDA

EFACEC ENERGIA – MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS

AMNIS PURA, LDA.

EVOLUTION, LDA.

ADDVOLT

OMNIFLOW S.A.

CENTIVC – CENTRO DE NANOTECNOLOGIA E MATERIAS TÉCNICOS, FUNCIONAIS E INTELIGENTES

CEIIA- CENTRO DE ENGENHARIA E DESENVOLVIMENTO (ASSOCIAÇÃO)

MUNICÍPIO DE BRAGA